

SUMÁRIO

<i>Prefácio do atualizador à 3ª edição</i>	9
<i>Prefácio à 2ª edição</i>	11
 <i>Capítulo I – O Direito como Sistema de Normas e a Importância dos Conceitos</i>	
<i>1. A teoria como conjunto de conceitos</i>	
1.1 <i>Experiência e teoria</i>	13
1.2 <i>Teoria e prática como instrumentos complementares</i>	14
1.3 <i>Os conceitos na Teoria do Direito</i>	15
1.4 <i>Os conceitos na Teoria do Direito Tributário</i>	17
1.5 <i>As definições legais</i>	17
1.6 <i>O art. 110 do CTN e o equívoco de seus comentadores</i>	18
1.7 <i>A norma do art. 110 como simples explicitação</i>	20
1.8 <i>O princípio da supremacia constitucional</i>	23
<i>2. O direito positivo ou ordenamento jurídico</i>	
2.1 <i>O Direito como ordenamento ou sistema de normas</i>	26
2.2 <i>Finalidade essencial do ordenamento jurídico</i>	29
2.3 <i>A segurança jurídica na ideia de Direito</i>	31
2.4 <i>Ordenação, unidade e coerência</i>	31
<i>3. O critério hierárquico na superação das antinomias</i>	
3.1 <i>Hierarquia no sistema jurídico</i>	34
3.2 <i>Importância dos conceitos</i>	34
3.3 <i>Superação das antinomias do sistema</i>	36
<i>4. Os conceitos e a hierarquia das normas</i>	
4.1 <i>Alteração de conceitos como forma de insubordinação à norma</i>	37
4.2 <i>Os conceitos da linguagem comum</i>	39
4.3 <i>Os conceitos jurídicos e o elemento temporal</i>	40
<i>5. Conceitos imprecisos e atividade discricionária</i>	
5.1 <i>Atividade administrativa e liberdade</i>	41

5.2	<i>Distinção entre a discricionariedade e a presença de conceitos imprecisos</i>	42
5.3	<i>Atividade discricionária e atividade vinculada</i>	47
5.4	<i>O lançamento tributário</i>	48
5.4.1	<i>Conceito</i>	48
5.4.2	<i>Definição legal</i>	50
5.4.3	<i>Críticas à definição legal de lançamento</i>	51
5.4.4	<i>Observações em torno das críticas à definição de lançamento</i>	55
5.4.4.1	<i>Lançamento como ato e como procedimento</i>	56
5.4.4.2	<i>Procedimento constitutivo do crédito</i>	59
5.4.4.3	<i>Integração do valor da penalidade pecuniária no crédito tributário</i>	60
5.4.5	<i>Procedimento tendente a constituir</i>	63
5.4.6	<i>Lançamento como atividade plenamente vinculada e obrigatória</i>	64

Capítulo II – Conceitos Relacionados ao Planejamento Tributário

1.	<i>Considerações preliminares</i>	65
2.	<i>Conceitos da Teoria Geral do Direito</i>	
2.1	<i>Considerações iniciais</i>	66
2.2	<i>Abuso de direito</i>	66
2.3	<i>Abuso de forma</i>	69
2.4	<i>Dissimulação</i>	69
2.5	<i>Simulação</i>	70
3.	<i>Conceitos da Teoria do Direito Tributário</i>	
3.1	<i>Considerações iniciais</i>	73
3.2	<i>Economia de impostos</i>	75
3.3	<i>Elisão tributária</i>	76
3.4	<i>Eclusão tributária</i>	79
3.5	<i>Engenharia tributária</i>	80
3.6	<i>Evasão tributária</i>	81
3.7	<i>Fraude fiscal</i>	82
3.8	<i>Planejamento tributário</i>	85
4.	<i>O lícito e o ilícito</i>	86

Capítulo III – O Direito ao Planejamento Tributário

1.	<i>Introdução</i>	93
2.	<i>Fundamento jurídico</i>	
2.1	<i>Sentido da expressão “fundamento jurídico”</i>	94

2.2	<i>Fundamento jurídico do planejamento tributário</i>	95
2.3	<i>Propósito negocial ou extratributário e planejamento tributário</i>	95
3.	<i>A livre iniciativa econômica</i>	
3.1	<i>Opção política pela liberdade econômica</i>	96
3.2	<i>Garantia constitucional da livre concorrência</i>	97
3.3	<i>Opção pelo menor ônus tributário</i>	99
4.	<i>O princípio da legalidade tributária</i>	
4.1	<i>Sentido limitador do princípio da legalidade tributária</i>	103
4.2	<i>Confusa distinção entre princípios e regras jurídicas</i>	104
5.	<i>Distinção entre princípios e regras</i>	
5.1	<i>Considerações iniciais</i>	108
5.2	<i>Questionando a distinção entre princípios e regras</i>	109
6.	<i>Os princípios como limitação do poder de tributar</i>	
6.1	<i>O princípio da legalidade tributária</i>	111
6.1.1	<i>Origem e significados</i>	111
6.1.2	<i>Significado da palavra “lei”</i>	113
6.1.3	<i>Exigência de lei em sentido restrito</i>	115
6.1.4	<i>As medidas provisórias</i>	116
6.1.5	<i>O requisito da tipicidade</i>	116
6.1.6	<i>Exceções ao princípio da legalidade</i>	118
6.1.7	<i>Função extrafiscal</i>	119
7.	<i>Inadmissibilidade da tributação por analogia</i>	121
8.	<i>Evitar o planejamento é atribuição do legislador</i>	
8.1	<i>A definição da hipótese de incidência tributária</i>	122
8.2	<i>Regras destinadas a evitar o planejamento tributário</i>	122

Capítulo IV – Planejamento e Ilícito Tributário

1.	<i>Introdução</i>	125
2.	<i>O motivo exclusivamente tributário</i>	
2.1	<i>Propósito negocial</i>	126
2.2	<i>Propósito exclusivamente tributário</i>	127
2.3	<i>Propósito extratributário</i>	127
3.	<i>Motivo exclusivamente tributário e abuso de direito</i>	
3.1	<i>Distinção entre propósito negocial e motivo extratributário</i>	127
3.2	<i>Motivo tributário e abuso de direito</i>	128
3.3	<i>A amplitude do conceito de ilícito</i>	130
3.4	<i>O abuso de direito</i>	130
4.	<i>Planejamento e crime contra a ordem tributária</i>	
4.1	<i>Planejamento tido como ilícito tributário</i>	131
4.2	<i>Erro de direito não configura crime</i>	131
4.3	<i>Planejamento tributário não configura crime</i>	132

5. O fato e seu significado jurídico	
5.1 Planejamento tributário e garantias constitucionais	132
5.2 Distinção entre fato e fato jurídico	134
5.3 A licitude como limite ao planejamento tributário	134
5.4 Fronteira entre o uso e o abuso do direito	136

Capítulo V – Norma Geral Antielisão

1. Introdução	137
2. A norma geral antielisão no Direito Brasileiro	
2.1 Inclusão no Código Tributário Nacional	139
2.2 Inconstitucionalidade ou inutilidade	140
2.3 Fundamento da desconsideração	144
3. O procedimento para a desconsideração	
3.1 Exigência de procedimento específico	146
3.2 A Medida Provisória 66/2002	147
3.3 Ampliação da possibilidade de desconsideração	153
3.4 Procedimento específico a ser estabelecido em lei	154
4. Ação do Fisco na ausência do procedimento	
4.1 Tratamento da elisão como infração à lei tributária	155
5. Manifestação de Everardo Maciel e Ives Gandra Martins	
5.1 Quanto às várias questões suscitadas pela norma geral antielisão	157
5.2 Quanto à exigência de procedimento específico	159
5.3 Quanto ao princípio da estrita legalidade	160
5.4 Quanto ao abuso de direito	161
5.5 Tributo pago em face dos atos desconsiderados	161
6. Utilidade prática da norma geral antielisão	
6.1 Contribui para evitar conflitos	161
6.2 Procedimento especial	162
Conclusões	163
Bibliografia	169